

IDENTIDADE E CIDADANIA: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado

Joanildo A. Burity¹

1. Introdução

Três conjuntos de processos condicionam a difícil emergência de uma cultura cívica pluralista nas chamadas novas democracias. Primeiro, os efeitos da crise do estado (de bem-estar, comunista ou desenvolvimentista); o insistente movimento de desregulamentação das políticas estatais e do repertório de direitos individuais e coletivos associados à experiência democrática até os anos 80; e o retorno ao local (tanto no âmbito das políticas quanto da ação coletiva). Segundo, o acirramento das tendências “darwinistas” e oligárquicas do liberalismo, pela reasserção quase maníaca das virtudes do mercado ante qualquer forma de política estatal (re)distributiva. Terceiro, a permanência da gritante desigualdade e violência, para tomar o exemplo da sociedade brasileira, seja no âmbito do acesso às instituições e garantia universal dos direitos, seja no da integridade física (fome, doença, agressões de toda sorte), seja no do reconhecimento das diferenças e do seu direito a existir num ambiente plural.

No bojo destes processos é que se têm ensaiado movimentos de resistência e (re)construção de novos espaços públicos e privados: a emergência de formas não-mercantis de organização comunitária/ação coletiva, a afirmação de dimensões éticas da vida social e política, a dupla denúncia de que o estado dos anos 80 era refém de interesses privados (patrimonialista) e de que seu burocratismo e corrupção eram o avesso da aspiração por políticas socialmente sensíveis e eficientes

¹ Pesquisador do Departamento de Ciência Política da Fundação Joaquim Nabuco; professor do Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco.

para resgatar a enorme “dívida social” de um país como o Brasil com a grande maioria dos seus cidadãos. É no campo da sociedade civil que ações fundadas numa lógica altruística começam a responder tentativamente aos efeitos desestruturantes do novo clima ideológico “anti-estatista” da segunda metade dos anos 80 em diante.

Ora, estes desenvolvimentos são contemporâneos de uma renovada ênfase em questões identitárias e na relação entre o “fundamentalismo” da vivência da identidade e o “pluralismo” das diferenças que se multiplicam e investem, com freqüência, os mesmos sujeitos. O reforço das redes de solidariedade no âmbito da sociedade civil e as novas formas de gestão pública compartilhada (“parcerias”) se dão em meio ao reconhecimento das diferenças e à defesa de uma nova cultura cívica. Assim, é ao se colocar o tema da identidade no contexto da democracia que o discurso sobre a exclusão social e as ambivalências das novas democracias pode ser visto como algo mais do que uma resposta ressentida aos desdobramentos supostamente inevitáveis da reestruturação econômica e estatal.²

Neste trabalho, nossa perspectiva será a de explorar a experiência contemporânea da identidade, levantando questionamentos às visões meramente institucionais de cidadania, que se contentam em demarcar nítida e rigidamente as fronteiras entre o público e o privado em moldes liberais. Semelhantemente, tal enfoque se inscreve no questionamento de concepções essencialistas da subjetividade, realçando seu caráter construído (político) e sua relação indissociável com uma alteridade que lhe escapa ou confronta, pedindo reconhecimento ou cobrando negociação (cf. Munanga, 1994; Telles, 1994a; Birman, 1995; Burity, 1997a; 1997c).

A cena de emergência do terceiro setor é uma, por exemplo, em que a dupla afirmação da cidadania e da identidade se insere numa nova economia do desejo. De atores regidos pela lógica do jogo e da maximização da racionalidade, ou pela lógica da adesão sem reservas a um projeto histórico heróico, observa-se a passagem para atores regidos pelo que Maffesoli chama de lógica da identificação (cf. Maffesoli, 1996; Burity, 1997b). A preocupação se desloca para assegurar o espaço das emoções, desejos, prazer, bem como da

2 Reconhecidamente, várias destas iniciativas têm um caráter reativo, uma vez que a conjuntura em que se colocam tem posto necessariamente na defensiva as propostas de aprofundamento da democracia – tanto no sentido de sua maior disseminação por entre as instituições sociais (públicas e privadas), como no sentido de maior participação assegurada aos cidadãos nas tomadas de decisão políticas. Mas isto não oculta o caráter alternativo de que elas se revestem, ainda quando seu impacto é localizado.

vida cotidiana no contexto coletivo da ação e da organização. Isto não anula as determinações das lógicas anteriormente citadas, mas institui a necessidade de negociar as modalidades de pertencimento e distinguir as esferas de aplicação possível de suas exigências. Esferas que, para complicar o quadro, não estão nunca simplesmente dadas, permitindo “invasões” e “adaptações”.

Os esforços de análise desta situação têm tendido a salientar ora a vertente institucional, ora a identitária. No primeiro caso, em que se situam os estudos de políticas públicas e os debates sobre a reforma do estado no contexto da reestruturação produtiva e da globalização, põe-se o acento sobre questões de política econômica, fiscal ou industrial, e sobre os desdobramentos (usualmente restritivos) da “nova ordem” sobre as demandas por políticas sociais e culturais.³ A inserção dos atores sociais é em geral vista desde o prisma daqueles reconhecidos institucionalmente (partidos, sindicatos e “grupos de pressão”), ou em boa medida mistificada sob uma retórica banalizante da “parceria” entre o setor público e o privado. No segundo caso, ativistas ou intelectuais simpáticos ou próximos aos movimentos sociais, especialmente os mais bem articulados, como os de gênero e de raça, incluindo-se aí boa parte dos participantes de ONGs, têm enfatizado dimensões antropológicas ou culturais das práticas neste campo da sociedade civil e salientado quer a autonomia relativa do processo de construção de identidades (individuais ou coletivas) quer a incongruência entre a lógica movimentalista e a lógica das instituições (estatais ou sociais).

O tema da identidade tem vindo a par com um crescente interesse na questão da cultura, notadamente numa acepção antropológica, que não apenas ressalta o caráter artefactual, construído, da identidade (por oposição a concepções naturalistas ou biológicas, de caráter essencialista), mas também a esfera simbólica como seu *locus* e materialidade (cf. Burity, 1998). O que significa que o tema da identidade é retomado no contexto de uma concepção construtivista, para a qual os grupos sociais se definem (no duplo sentido de que traçam uma fronteira entre o dentro e o fora e produzem uma explicação de si mesmos, uma justificação de seu

3 Uma possibilidade não restritiva está na vinculação entre a preservação das identidades culturais de diferentes grupos formadores da nacionalidade com a indústria da diversão e do turismo, numa carnavalização deliberada e com fins lucrativos de expressões culturais tradicionais, não raro em fusão com outros gêneros mais solidamente estabelecidos no mercado de bens culturais. Assim, a política cultural sai em defesa do “patrimônio cultural” da sociedade como forma de se auto-apresentar e ainda fortalecer um estimulante ramo da economia local.

modo de vida) a partir de uma referência histórica, de suas relações com outros grupos e o fazem pela inscrição de sua diferença particular na ordem simbólica – como cultura, como tradição, como fé, como projeto ameaçado ou a realizar/completar, numa palavra, como discurso (cf. Melucci, 1996; Calhoun, 1995:12-20; Michael, 1992; Lather, 1992).

Neste sentido, o liame identidade-cultura é perpassado seja por processos em que trocas simbólicas estão em questão – num sentido coesivo, da construção de uma imagem do “nós”, e num sentido a(nta)gonístico, da marcação de uma distância em relação a um “eles” – de tal modo que podem sempre deixar o limite relativamente neutro da divergência ou da diversidade e assumir o caráter de uma ameaça. A identidade, então, torna-se incômoda, um peso de que se desfazer ou algo precioso a defender. Pertencer a um grupo, a uma corrente ideológica, a uma raça, a uma religião, a um gênero, a uma região, torna-se carregado de associações valorativas, para além da objetividade ou da proporcionalidade das situações descritas ou invocadas como raiz do problema. A esta altura o pólo agonístico da experiência da identidade já tornou-se hegemônico, e estamos em presença do político (à maneira de um Carl Schmitt ou uma Chantal Mouffe – cf., respectivamente, 1992:51-62; 1996:15-16, 157-78). No liame identidade-cultura, portanto, abriga-se o potencial do conflito e da negociação que pode sempre desencadear o transbordamento do elemento coesivo em direção ao a(nta)gonístico, politizando o pessoal e o cultural, “materializando” o simbólico num contencioso que é mais do que mera disputa de palavras: trata-se da própria constituição de um campo de objetos e de experiências pelas quais se *dá forma ao conflito e a demandas* por reparação de desigualdades, preconceitos e discriminações (cf. Rancière, 1996:26, 29, 39-54; Melucci, 1996:160-62, 225-28).

Tratar-se-á aqui, notadamente, de explorar algumas implicações deste foco cultural para a análise da problemática da cidadania e da cultura cívica na democracia. Antes de colocar a discussão nestes termos, entretanto, é necessário situar de forma mais rigorosa este *locus* do processo de democratização e de emergência de resistências/alternativas aos efeitos desestruturantes do cenário político-ideológico e econômico atual chamado sociedade civil (ou terceiro setor). O que se requer não é uma discussão histórico-conceitual sobre a expressão. Muitos já o fizeram e melhor do que poderíamos aqui ensaiar (cf. Bobbio, 1987:33-52; Alexander, 1997; Keane, 1988; Costa, 1997; Cansino e Leroux, 1997; Somers, 1995).

O de que precisamos é uma imagem da sociedade civil que permita explorar a complexidade dos vínculos entre política e cultura que postulamos acima. Em seguida, exploraremos algumas das interfaces que o tema e as políticas da identidade mantêm com a democracia e o pluralismo, para enfim apresentar uma resposta ao problema da cultura cívica à luz da discussão sobre cidadania e identidade.

2. Sociedade civil: cenário de cenários

Não é preciso possuir nenhuma visão idealizada das virtudes da sociedade civil. Isto porque a “ressurreição” – que tem muito de surgimento – de uma rede de movimentos, organizações e práticas cotidianas voltadas a contrarrestar o peso esmagador do estado é concomitante com o processo de democratização. Quer dizer, a construção da democracia é simultânea à constituição dos seus atores. Ademais, o processo de construção de novas ou redefinição de velhas identidades experimentado por muitos dos grupos implicados na emergência desta sociedade civil (organizada) foi afetado tanto pela tradição política brasileira quanto pelo próprio sucesso daqueles nos últimos vinte e cinco anos. Trata-se de um processo inconcluso e, como muitos já advertiram, há muitos problemas a enfrentar (cf. Buarque, 1991; Telles, 1994; Cardia, 1994; Duarte, Barsted, Taulais e Garcia, 1993; Oliveira 1995).

Contudo, a complexidade do que se chama de sociedade civil deveria advertir qualquer um contra a imagem de uma simples divisão entre estado e sociedade. Uma fronteira rígida assim não pode ser demarcada, seja pela diferenciação interna da sociedade civil ou por sua relação com as diferentes esferas de governo (local, estadual e federal). Internamente, é difícil dizer o que há em comum a todos os elementos que compõem a sociedade civil. Pois, eles vão desde organizações profissionais e/ou sindicais (empresariais, de trabalhadores no setor público e privado, de profissionais liberais) até associações de moradores, passando pelas cada vez mais importantes ONGs, igrejas ou organismos pára-eclesiásticos, movimentos sociais e culturais de diversos tipos, etc. Há organizações populares e de classe média; grupos quase-informais; movimentos amplamente disseminados e instituições solidamente estruturadas (que deles emergem ou oriundas de outras iniciativas); organizações intermediárias, que apóiam iniciativas e movimentos de base; e organizações de pressão (*lobbies*) que se dirigem a governos e legisladores. Organizações centradas em um ou em vários temas;

organizações que lidam com bases altamente específicas e outras que atravessam diferentes espaços sociais, culturais e políticos. Organizações sem fins lucrativos e outras, com fins lucrativos. Em suma, uma miríade heterogênea de associações de toda sorte.⁴

Naturalmente, a lista é meramente sugestiva. Ter-se-ia que incluir aqui outros “projetos” ou “cenários” (*settings*) – para usar a terminologia de Michael Walzer (1992) –, a saber, a ampla porção desorganizada da população e o lado mais obscuro da sociedade civil, representado por diversas formas de ilegalidade e violência. No primeiro caso, já se produziu mesmo, no jargão corrente, uma distinção entre sociedade civil organizada e as grandes massas não alcançadas pelas instituições estatais e princípios da cidadania democrática, sendo este contingente um ponto cego das teorias da mobilização e do fortalecimento da “sociedade civil”. No segundo caso, há todo um “submundo” do social, que não se pauta nem pelas virtudes genericamente associadas à sociedade civil, nem atua publicamente, no sentido da vinculação a ou ocupação de esferas públicas, segundo regras compartilhadas e com objetivos eticamente legítimos. Dentre estas formas da ilegalidade ou da ilegitimidade poderíamos contar os grupos de extermínio, organizações racistas, as redes do narcotráfico e do crime organizado, bem como diversas manifestações de violência urbana e rural.

Num plano cultural, poder-se-ia também mencionar valores opostos à participação, ao compromisso com a igualdade de oportunidades e de condições sociais, etc., tais como conformismo, relações clientelistas, passividade, autoritarismo, posturas hierarquizantes fundadas em concepções naturalistas. Tudo isto exigiria uma maior precisão em relação à fala tão abundante quanto vaga que, em alguns trabalhos sobre sociedade civil e cidadania, faz a redução das possibilidades negativas que se abrigam no social.⁵ No entanto, não teremos como explorar as implicações desta qualificação de nenhuma forma detalhada, tendo que nos limitarmos a breves e cursórias remissões ao longo da discussão.

Por outro lado, a sociedade civil tem se interligado cada vez mais com o estado através do seu envolvimento com propostas de políticas públicas ou de sua participação em conselhos. Inicialmente,

4 Para uma exposição semelhante, apenas focalizada na heterogeneidade da categoria “terceiro setor”, cf. Santos, 1998.

5 Um pouco deste enfoque poderia ser identificado em discussões a respeito do “autoritarismo social” que perpassa as práticas sociais brasileiras e que representa um obstáculo, seja a defesas voluntaristas de universalização da cidadania, seja a posturas ingênuas a respeito da virtuosidade da sociedade civil como um todo (cf. Chauí, 1994; 1999; Dagnino, 1994; Hardman, 1998). Mas esta tematização ainda é insuficiente para dar conta da amplitude de problemas a que esta “face obscura” da sociedade civil remete.

as associações se viam como *outsiders* (especialmente aquelas referenciadas no chamado campo popular), que só deveriam protestar, reivindicar e pressionar, sem oferecer alternativas detalhadas ou mesmo passadas pelo crivo da factibilidade ou praticidade. Em várias situações, especialmente ao nível local, algumas daquelas demandas tornaram-se lei, animaram políticas governamentais, ou a vitória de um partido ou coligação “progressista” confrontou os movimentos com a necessidade de atuar propositivamente. Isto gradualmente forçou a uma maior qualificação, especialização e capacidade de elaborar, fiscalizar e ajudar a implementar leis e políticas públicas. Propostas de regulamentação do uso da terra urbana, política de segurança pública; ampliação do serviço público de saúde, no âmbito da implantação do SUS; demandas por representação de mulheres, negros, índios; pressões pela inclusão dos direitos humanos e dos temas ecológicos na agenda pública – estas são apenas algumas poucas situações das muitas pelas quais demandas da sociedade civil fizeram entrada no estado, engendrando uma relação mais duradoura, conflitiva, e nem sempre construtiva entre os dois.

Mesmo assim, quando se privilegia o “pólo” da sociedade civil como lugar a partir do qual avaliar de outra forma o processo de democratização, é porque, para citar Walzer, “[a] vida associativa da sociedade civil é a base real onde todas as versões do bem são desenvolvidas e testadas ... e se mostram parciais, incompletas, em última análise insatisfatórias. Não significa que viver nesta base seja a própria definição do bem; [simplesmente, JAB] não há nenhum outro lugar para se viver” (1992:98). E acrescenta: “a sociedade civil é um *cenário de cenários*: todos estão incluídos, nenhum é preferido” (Ibidem). Não é o caso de se “escolher” a sociedade civil exclusivamente, vendo-a como livre de todo poder, coerção e conflito. Pois, além de ser um cenário onde muitas formas de vida social são experimentadas, a sociedade civil é também um lugar de visões concorrentes, conflitantes e uma rede de relações e posições assimétricas. Um cenário que nada garante, exceto que possa ser posta a serviço da democratização de forma muito mais efetiva do que visões tradicionais do papel da política institucional permitiriam.

Ora, analistas de diversas orientações e campos de atuação têm insistentemente se colocado interrogações do tipo: qual tem sido a contribuição da sociedade civil à democracia no Brasil? Ou ainda: como se pode esperar que a sociedade civil desempenhe qualquer papel significativo quando somente cerca de 10% dos mais de 150 milhões de brasileiros falam “em seu nome”? Não é fácil responder a

essas questões. Mas talvez elas estejam mal formuladas. Primeiro, porque a ironia por trás delas deixa transparecer uma resistência a “encontrar” o político fora da esfera da política institucional e, com isto, a possibilidade que a mudança se dê por fora dos mecanismos estatais de formação de decisões. Segundo, porque ao falar-se de sociedade civil como a parcela organizada da sociedade, perde-se de vista a amplitude descritiva do conceito, como introduzida acima. Terceiro, e em contraste, porque os grupos organizados podem ter um impacto muito acima de suas proporções nas sociedades contemporâneas, através da mídia e das numerosas redes interpessoais e organizacionais de comunicação que operam no cotidiano ou mesmo atravessam fronteiras nacionais. Quarto, porque o número de iniciativas de base tem produzido um aumento decidido de espaços de formação de quadros, deliberação e organização popular inaudito há apenas algumas décadas.

Esta última observação nos leva a um ponto importante: não podemos esperar por um *fiat* de clareza conceitual, algum tipo de intervenção supra-histórica, ou uma repentina mudança nos humores dos grupos que resistem (ou sabotam) a extensão da democratização, para que as exigências dos analistas políticos sejam satisfeitas. A democracia, democracia política, democracia social ou qualquer outra qualificação equivalente que se quiser interpor, só pode ser perseguida ou aprofundada no contexto de iniciativas sociais “realmente existentes”. Estas são, via de regra, ambivalentes, mas estão aí por toda parte, e na verdade sua existência é testemunha do ritmo da democratização. Isto inclui tanto seus fracassos, indefinições e fraquezas (aquilo que recorrentemente lemos e ouvimos nas falas governamentais ou da mídia sobre a falta de projetos e de alternativas dos contrários ao *status quo*), quanto seus sucessos, organização e reconstrução de identidades.

Se as cobranças oriundas de uma certa concepção de democracia, e do lugar que nela ocupa a sociedade civil – e aqui incluímos não somente analistas políticos acadêmicos, mas também jornalistas, políticos e ativistas sociais – podem ser politicamente importantes no contexto de um discurso mais amplo de pressões sociais pelo aprofundamento (ou extensão) da democratização, elas são inadequadas como estratégia analítica. Pois, o que se vai alcançar pela estigmatização das “novas democracias” a não ser aquele sentimento de confirmação de que o modelo que se tem de democracia passa no teste da crítica ou é superior aos próprios acontecimentos, domando-os? Qual pode ser o resultado de certos procedimentos –

ou juízos – comparativos com base em critérios maximalistas ou minimalistas, se não a reprodução de um conjunto particular de experiências transformadas em paradigma restritivo, o qual deixa passar em sua malha grossa especificidades e mesmo similaridades com outros processos? Pois o certo é que toda democracia existente está aquém de si mesma, de suas exigências e promessas.

Neste sentido, a formação de uma nova liderança, experimentos com novas formas de participação e deliberação, e o incremento da organização popular, podem ser vistos como contribuições fundamentais para se atender aos requisitos da “consolidação” elaborados pelos analistas. Obviamente, enquanto esses esforços têm lugar, tem-se que tomar uma série de atitudes para manter as “precárias” democracias políticas latino-americanas sob escrutínio e vigilância. Mas o ponto é que não se ganha em compreensão abstraído-se do movimento que tem lugar no “fundo” do social. Na verdade, os esforços que aí se multiplicam para desenvolver os três elementos mencionados no início deste parágrafo são também um sinal da redefinição que a experiência pluralizante da democracia gerou entre as identidades dos tempos da resistência e da transição democrática.

Em larga medida, esse interesse na formação e em novas formas de participação e organização atesta uma crise na sociedade civil. Não dá para explorar todos os seus aspectos ou mesmo sua dinâmica aqui. Gostaríamos apenas de destacar dois pontos. Primeiro, a crise corresponde a um profundo reajustamento da cultura política de esquerda, que se desdobra há mais de três décadas. Mudanças políticas, culturais e econômicas têm ocorrido desde então que problematizaram toda uma representação da sociedade e da ação social e política típica do imaginário da esquerda ocidental desde a revolução francesa. Mais especificamente, a experiência da transição do autoritarismo à democracia no Brasil deixou a esquerda órfã de um inimigo comum, claramente identificável; de um sujeito da mudança uniforme, homogêneo; do suporte epistemológico da noção de determinação (em última instância). Também, os contextos das relações estado-sociedade pós-85 alteraram concepções de participação baseadas na reivindicação “externa” (anti-institucional) e na contestação plebiscitária (cf. Paramio, 1989; Burity, 1994; 1997; Dagnino, 1998).

Em segundo lugar, a crise também indica o refluxo de uma expectativa elevada demais quanto às realizações da “democracia política”. Expectativas que nem sempre eram infundadas, de vez que,

como já intuía Tocqueville há cento e cinquenta anos, a revolução democrática desencadeia um processo pelo qual o princípio da igualdade de condições, uma vez posto em movimento não pode se deter ante conjuntos ritualizados e formalizados de procedimentos extensivos a uma pequena parcela da população. Antes, a igualdade de condições abre caminho em todas as direções, tornando-se um índice de efervescência social que ainda anima boa parte dos projetos democrático-radicalis de mudança social (cf. Garretón, 1991; 1997).

O que ocorre, entretanto, é que várias daquelas expectativas tinham a ver com uma visão algo messiânica da “força dos pobres” ou das virtudes das massas, que confundia a conscientização de grupos sociais até então desorganizados e excluídos com sua capacidade de impor um formato de responsabilização política (*accountability*) inteiramente centrado na sociedade (“democracia de base”). Da mesma forma, essa visão calculava mal as possibilidades e recursos reais do estado num cenário em que, pela rapina e apropriação privada secular da coisa pública e pelo realinhamento das relações entre estado, mercado e sociedade civil que se segue ao esgotamento do modelo desenvolvimentista, já não havia muita margem de manobra para propostas redistributivas de molde socialista. Sem falar na estreiteza do arco de forças que tem comandado a democratização brasileira no âmbito institucional, a qual, tendo começado como uma estratégia de viabilização da mudança por meio de aliança em condições adversas, acabou se transformando numa capitulação geral aos interesses conservadores, transformando em virtude o vício da negociata nas iniciativas de mudança, ou alegando a impossibilidade do que na verdade não se quer fazer. A política de alianças tornou-se, em larga medida, território do mais grosseiro oportunismo e do mais abjeto comércio de interesses particulares, o que é atestado em quase todas as grandes votações no âmbito federal, quando interesses especificamente governamentais precisam contar com o apoio de suas próprias bases parlamentares.

Do lado da esquerda, o “sujeito da transformação histórica” idealizado tinha que pensar e agir democraticamente ao mesmo tempo em que se requeria que impulsioneasse a ampliação do processo em face de um projeto conservador de auto-reforma do autoritarismo (pré-1985). Os acontecimentos de fins dos anos 80 caíram pesadamente sobre quantos vinculavam aquele tipo de estratégia política com um projeto socialista de tipo marxista-leninista, baseado na divisão entre vanguarda e massas. Nem mesmo o fato de que um candidato de esquerda chegasse muito próximo de se tornar presidente, nesta mesma conjuntura, reverteu o quadro. O avanço foi na prática

eclipsado pelos efeitos muito mais bombásticos das medidas do novo governo, entre 1990 e 1992.

Tendo em vista a profunda desarticulação que se seguiu à experiência, uma dura reconstrução vem sendo tentada, a despeito de toda a conjuração internacional que busca exorcizar o fantasma da mudança radical (cf. Derrida, 1994), especialmente desde fins dos anos 80. Pegos na contramão dos acontecimentos, os ativistas de então vêm se defrontando com o duplo desafio de resistir à *doxa* neoliberal e reinventar a tradição radical ao largo do jacobinismo, suas críticas aos excessos do socialismo real nunca tendo nem de perto calculado os efeitos devastadores que a desintegração do bloco socialista traria para todo pensamento de esquerda (marxista e não-marxista). Os esforços de reconstrução, apesar de todas as suas idas e vindas, merecem simpatia e, em alguns casos, total solidariedade. Pois muitos deles envolvem o importante reconhecimento do pluralismo, a necessidade de novas estratégias intelectuais de narração do real (que é uma condição importante para novas formas de ação transformadora), e a demanda por uma reformulação da relação entre os diferentes lugares sociais, culturais e políticos em que as identidades individuais e coletivas são constituídas.

Significativamente, a crise tem ajudado a temperar a ilusão triunfalista que, por sua vez, se ligava a uma concepção iluminista da mudança social. Estas duas não suportaram os desafios, oportunidades e frustrações que acompanharam o “encontro” com a democratização – não exatamente a democracia “desejada”, mas a realmente existente. Reconstituir os vínculos entre identidade, ação coletiva e instituições, então, implica uma estratégia hegemônica muito mais convincente – ainda que mais custosa – rumo a novas formas sociais, que assumam a democracia; a legitimidade das diferenças; e a valorização dos aspectos culturais da vida (raça, gênero, etnicidade, religião, etc.), além de uma atitude menos apegada à rigidez institucional, que vem pela adoção de perspectivas mais pragmáticas⁶ e historicistas por parte dos agentes sociais.

6 Ao dizer-se “pragmático” não se pretende sugerir a idéia de uma transigência conveniente ou ditada pela *Realpolitik*. Antes, quer-se avançar a idéia de uma visão que assume a contingência de suas convicções (as quais não são ditadas nem por uma estrutura intangível da História, com “H” maiúsculo, nem por valores transcendentais, nem por imposições da “realidade”) e as submete a um escrutínio permanente quanto às possibilidades de realizar partes relevantes de um “projeto” com o concurso de atores de diversas procedências. A diferença em relação à pura conciliação ou à política sem princípios está na articulação entre esse tipo de pragmatismo não-fundacional e uma postura ética de assegurar a isonomia e a abertura da esfera pública à pluralidade de grupos e valores presentes na sociedade.

Ora, além destes traços, digamos, puramente endógenos do difícil, não-linear e múltiplo curso da democratização, tem-se que também considerar uma outra sorte de problemas, que se refere à suspeita – sob o véu de uma renovada afirmação de práticas participativas nas estruturas estatais – de que aí há, por enquanto, poucas possibilidades de mudança substantiva. Isto tem levado muita gente para longe do envolvimento direto com a política partidária, ou da participação em canais de representação abertos pelo estado (ou segmentos de sua burocracia).⁷

Volta-se a atenção, assim, para como podem ser articuladas as dimensões micro e macro da vida social no interesse de valores que estão às voltas com o tipo de lógica referido. E a democracia se torna definitivamente uma questão do cotidiano, tanto quanto dos espaços e práticas tradicionais associados ao significativo “política”. Falar de “consolidação” neste particular só faz sentido enquanto expansão crescente da lógica da democracia sobre os espaços sociais, por meio de diferentes tipos de práticas e discursos que se fundamentam em e ensinam o fortalecimento da sociedade civil.⁸ Tal postura tem tanto o caráter de uma crítica ou afirmação política quanto qualquer concepção “idealista”, que se funde na dureza da auto-produção da sociedade civil como fonte de democratização. É certo que não podemos passar sem instâncias de regulação e representação por meio das quais processar as demandas ou inovações que surgem em espaços restritos do social; e implementar ou proteger procedimentos básicos e certas idéias de “compartilhamento” de algumas características, valores ou apenas intuições. O conjunto de relações e instituições sociais nomeado como “o estado” é parte indispensável dessas instâncias reguladoras/representativas – juntamente com o crescente papel dos organismos transnacionais e de uma certa opinião pública internacional (que alguns chegam a chamar de “sociedade civil global”). Mas o espaço unificado do político não existe (mais) e as avaliações da democracia têm que levar isto na devida conta.

7 Para uma exploração de alguns aspectos da referida retração da política tradicional, cf. Melucci, 1996:182-86, 211-16. V. tb. as observações no início da próxima seção.

8 Para citar Michael Walzer mais uma vez, e aplicando suas palavras ao que foi dito sobre a democracia, “a sociedade civil é um projeto de projetos; ela requer muitas estratégias organizativas e novas formas de ação estatal. Ela requer uma nova sensibilidade para o que é local, específico, contingente – e, acima de tudo, [requer, JAB] um novo reconhecimento (parafrazeando a frase famosa) de que a boa vida está nos detalhes” (1992:107).

3. Identidade, respeito agonístico e as mudanças na relação estado-sociedade civil

A caracterização feita da sociedade civil acima, como um cenário de cenários que enseja os mais diferenciados formatos de ação e organização – inclusive aqueles que certamente não podem servir de base para nenhum projeto agregador de sociedade – teve o objetivo duplo de indicar o limite de uma especificação meramente negativa de sociedade civil, como aquilo que não é estado e resistir a uma certa idealização que acompanha o uso da expressão em vários discursos democrático-radical. Ao lado da heterogeneidade constitutiva da sociedade civil, há um processo de imbricamento crescente entre esta e o estado – seja decorrente de estratégias à esquerda para “ampliar” o estado, à maneira gramsciana, seja de estratégias à direita para “enxugar” o estado, à maneira neoliberal. E há também um certo desinvestimento na participação, que mencionamos *en passant* e convém retomar mais um pouco, de modo a podermos religar nossa discussão com o tema da identidade. Isto porque uma das variáveis explicativas da emergência de questões identitárias na política contemporânea diz respeito aos efeitos “reativos” que as mudanças no padrão de relações entre sociedade civil e estado têm desencadeado.

Segundo Connolly, a crise deste fim-de-século tem dois componentes importantes: uma “lógica de retração política” e a exacerbação do componente identitário. Situações tão desconexas como o fundamentalismo religioso, o hedonismo, o uso e tráfico de drogas, a busca do sucesso profissional a qualquer preço, as crises fiscais, a corrupção na esfera pública, o incremento do controle disciplinar sobre os trabalhadores e o endurecimento das penas criminais, surgem como tentativas de resposta a uma percepção sombria do futuro, a qual se traduz em revoltas ou demandas por maior disciplina (cf. 1992:205). Estes desenvolvimentos atestam a lógica de retração política, pela qual seja o estado, as identidades coletivas ou os indivíduos, abandonam preocupações de inclusão, solidariedade ou de consideração do bem-estar geral e centram-se em estratégias de desresponsabilização ou (auto-)isolamento.

Nesta situação, o estado amplia-se como agente central de poder ao mesmo tempo em que deixa de ser considerado um agente por excelência de eficácia/eficiência. Assim, mesmo quando as políticas de reestruturação e estabilização fraquejam ou se tornam surdas a demandas sociais urgentes, o estado surge em três

figurações: primeiro, como “a tela sobre a qual se projeta grande parte do ressentimento contra os efeitos adversos da civilização da produtividade e da afluência privada; segundo, [como] o veículo pelo qual se transmitem ao povo garantias retóricas sobre a glória e a durabilidade daquela civilização; e terceiro, [como] o instrumento de campanhas contra aqueles elementos que mais perturbam a identidade coletiva” (Connolly, 1992:206). Embora o referente da análise de Connolly seja o Norte desenvolvido, a semelhança de família com as novas democracias é sugestiva, como se pode ver na continuação: “No primeiro caso, o sistema de bem-estar do estado se torna alvo de críticas e reformas. No segundo, a presidência se organiza como um meio de diversionismo e asseguramento retóricos. No terceiro, o aparato disciplinar-policial-punitivo do estado é ordenado para constituir e estigmatizar setores cujos termos de existência possam vir a exibir sinais de fracasso, dano e sacrifício gerados pela própria civilização da produtividade” (Ibidem).

O estado se transforma, nesta conjuntura, que é internacional e local, num “ministério de salvação coletiva através de uma política de ressentimento generalizada” (Idem:207), que caracteriza como “estranho” todo desenvolvimento interno ou externo que venha a constituir-se em sinal perturbador da imagem unificada e harmônica da identidade coletiva: o “terrorismo” em certos países do Norte – e acrescentaríamos, a “violência” (urbana, do narcotráfico, dos movimentos sociais radicais, até mesmo a policial), por estas plagas, são exemplos deste outro da ordem política vigente, cuja produção e incessante publicização servem tanto para reafirmar identidades em crise, quanto refinar os mecanismos de ocultamento da ineficiência estatal para lidar com o problema da exclusão.⁹

Gerenciando o ressentimento coletivo – materializado na identificação de “agentes do mal” (os burocratas, os estatistas, os patrimonialistas, os corporativistas, os neoliberais, as oposições, os aposentados precoces) – o sistema eleitoral envolve boa parte dos cidadãos neste jogo, que reforça o poder estatal enquanto oculta sua ineficácia. O eleitorado, assim, poderá sempre pôr a culpa pelos

9 Certamente esta não é a única leitura possível do estado na cena contemporânea. Há uma série de discussões que procuram dar conta das mudanças estruturais que implicam o estado na cena contemporânea. Por exemplo, a discussão sobre a crise do estado nacional no contexto da globalização; a discussão sobre a reestruturação ou reforma do estado; a discussão sobre a retração do estado de políticas sociais distributivas; entre outras (cf. Santos, 1998; Przeworski, 1998; Offe, 1998; Castells, 1997:243-308; 1998). Mas a perspectiva apontada no texto acima nos parece adequada ao tipo de problematização que realizamos, guiada pela perspectiva da identidade.

descaminhos das políticas sociais na falta de vontade política da administração que se encerra em implementar o programa da que entra, a qual, por sua vez, poderá sempre evocar a má vontade ou falta de espírito cívico das oposições como razão do imobilismo ou inexistência de iniciativa governamental para lidar com a exclusão e os desafios postos pela economia global.

“Um círculo de representações se forma aqui: o estado recebe um fundo de ressentimento generalizado por parte daqueles cuja identidade é ameaçada pelo jogo da diferença, da contingência e do risco; ele constrói objetos de ressentimento para proteger as identidades que representa; e recebe, então, uma refinada quota de ressentimentos eleitorais dirigida aos objetos que constituiu. A política eleitoral abriga poderosas pressões para que se torne um circuito fechado para o dogmatismo da identidade, ao traduzir a diferença como ameaça, e a ameaça, como energia para a dogmatização da identidade” (Connolly, 1992:209-10).

Para Boaventura de Sousa Santos (1997), desde outro prisma, estaria havendo, neste fim de século, uma reafirmação da subjetividade em detrimento da cidadania e das duas em detrimento da emancipação. Calcando-se nos pólos da regulação e da emancipação, a proposta moderna de transformação da sociedade pré-moderna foi se orientando decididamente no sentido do primeiro pólo (que compreende os princípios do Estado, do mercado e da comunidade). O excesso de regulação gerou desequilíbrios tanto para um como para outro pólo. No caso da emancipação, ele retoma a reflexão habermasiana sobre uma radicalização da dimensão cognitivo-instrumental da racionalidade (ciência e técnica) em detrimento das dimensões moral-prática (direito) e estético-expressiva (artes e literatura). O desequilíbrio no pólo da regulação levou à hipertrofia do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e de ambos em detrimento do princípio da comunidade. Nos dois casos, o processo não foi entretanto linear.

A teoria política liberal seria, para Santos, a maior expressão do desequilíbrio – representando politicamente a emergência da subjetividade, e tentando conciliar duas subjetividades aparentemente antagônicas, a saber, a coletiva, do Estado centralizado e a atomizada, dos cidadãos-indivíduos livres e autônomos, através da distinção Estado/sociedade e da idéia de contrato social. Além de tentar restringir o princípio da cidadania à participação através do voto, acabando por naturalizar as figuras do Estado e do indivíduo, o liberalismo marginaliza o princípio rousseauiano da comunidade, para o qual a

obrigação política fundamental não é a vertical cidadão-Estado, mas a horizontal cidadão-cidadão.

A tensão entre as subjetividades estatal e individual é regulada pelo princípio da cidadania, que impede o Estado de invadir a esfera individual e que igualiza e universaliza as diferenças do plano individual num domínio público que viabiliza o controle e a regulação social. O que estabelece uma tensão entre subjetividade e cidadania, uma vez que a primeira, se é autonomia e liberdade, é também auto-reflexividade e auto-responsabilidade, corporalidade e particularidade.

Se o liberalismo novecentista tentou expurgar a subjetividade e a cidadania de seu conteúdo emancipatório, Santos insiste em que o marxismo (com exceção de Kautsky, Bernstein, o austro-marxismo e o eurocomunismo) procurou construir a emancipação pela desqualificação da subjetividade e da cidadania. Já a cidadania social do *Welfare state*, mesmo tentando recuperar o princípio da comunidade, defrontou-se com resistências crescentes no plano do mercado e limites no plano do Estado. Como resultado, agrava-se a tensão entre subjetividade e cidadania. De modo que a crise do fordismo pode ser vista, em parte, como “revolta da subjetividade contra a cidadania, da subjetividade pessoal e solidária contra a cidadania atomizante e estatizante” (Santos, 1997:245; v. tb. 1998).

Tal “revolta” tem se expressado não somente pela via da retração da cena pública, numa busca de conforto ou silêncio que ou é hiper-crítica ou cética quanto às possibilidades de mudança, mas também pela reinvenção do engajamento, através de práticas solidárias que buscam reacender a chama da mobilização e de uma ética não-mercantil. No primeiro caso, a subjetividade (chamemos, provisoriamente, identidade) se afirma contra a cidadania, seja no sentido de que se desespera da participação e da militância, lançando um juízo crítico ao engajamento do passado; seja no sentido de “cuidar da sua vida”, já que o descompromisso e a indiferença campeiam e (aparentemente) não há mais a quem recorrer para apoio e proteção. No segundo caso, a identidade é tanto um elemento inegociável da demanda por cidadania, passando a fazer parte de uma sensibilidade dos novos atores coletivos quanto a dividir mais simetricamente o pessoal e o coletivo, o subjetivo e o cultural; como se torna mesmo uma expressão de cidadania (políticas de identidade).

Percebe-se, a partir desta segunda modalidade de “revolta”, crescentemente, a emergência de esforços que contrabalançam ou neutralizam os efeitos desestruturantes que a nova conjuntura impõe às identidades e à vida associativa de base. A sociedade civil, tal

como se viu acima, é o *nome* que vem sendo *associado* a tais esforços de reinvenção promovido por numerosos agentes de mudança de uma forma ou de outra referenciados nas seguintes posições: (1) admissão da "fratura" da imagem unificada do espaço político, e a exploração dos diversos territórios que se abrem, ora discretos, ora superpostos, ora articulados em função de um terceiro;¹⁰ (2) a crítica do dogmatismo da identidade e a ênfase numa experiência mais plural, "ecumênica", das diversas formas de identificação; (3) a intuição hegemônica segundo a qual é preciso ir fincando trincheiras, móveis e passíveis de derrota, refazendo alianças e reformulando-se a própria identidade no percurso, para que mudanças sejam alcançadas sem estar condicionadas a uma grande transformação de todo "o sistema"; (4) a aceitação do caráter simbolicamente construído de toda ordem, que implica uma luta permanente pelo direito de nomear e de autoneamar-se, isto é, na instauração de uma *política cultural* como elemento indissociável das práticas de transformação social; (5) a insistência de que se reduza concretamente a desigualdade econômica e social, como condição básica para que a disputa democrática se funde no respeito agonístico pelo outro, ao invés de retratar um clima de guerra hobbesiano que, no limite, esvazie e destrua a democracia.

Neste contexto, cobra cada vez mais relevância a temática da identidade. Especialmente numa direção que descentra as pretensões objetivistas ou essencialistas de diversas expressões identitárias, conservadoras e contestatárias, e ressalta seu caráter historicamente determinado (contingência), a parcialidade de sua visão do todo, a incompletude de seu desenvolvimento e a relacionalidade de sua auto-definição. Se a fratura das grandes unidades legadas pela modernidade (p. ex., sociedade, estado, classe) tem produzido formas de entrincheiramento de grupos em torno de núcleos rígidos e inegociáveis (fundamentalismo das identidades), toma-se cada vez

10 "Terceiro" que pode ser representado por qualquer "ator" ou "tema" cuja existência, presença ou posição relativa se associem a um antagonismo, pelo qual esteja ameaçada a forma de ser dos grupos e identidades "do outro lado" da fronteira, os quais assim se articulam em função desse antagonismo para oferecerem resistência e alternativa à (potencial ou efetiva) hegemonia do terceiro. Este, naturalmente, não deve ser pensado apenas como um ator ou situação homogêneos, mas pode se constituir de diversos grupos e identidades. O importante aqui é que o efeito de articulação (i.e., de traçado de uma fronteira entre um nós e um eles) se aplica duplamente: num primeiro momento, agregando identidades múltiplas num campo que se define em relação a algo que representa uma "ameaça" comum (apesar da diversidade de motivos por que isto é assim para cada identidade); num segundo momento, a articulação *resulta* no traçado de uma fronteira imaginária, de forma que tanto a unidade dos opositores, como a do ator/ situação antagonizado, são efeitos políticos, não correspondendo a uma realidade objetiva, patente e inquestionável.

mais patente que o caminho para evitar a pura confrontação de vozes monologantes é, como defende Connolly, afirmar a indispensabilidade da identidade, por um lado, expor a contingência de toda identidade como condição para cultivar o agonismo da vida, pelo outro, e politizar a ambigüidade do ser humano. Desta maneira, será possível tornar produtiva a tensão entre, de um lado, a indispensável afirmação identitária, com sua reconhecida compulsão ao dogmatismo, e de outro, a incapacidade de toda ordem de abrigar num todo harmônico todas as identidades que aí venham a reivindicar um lugar (cf. Connolly, 1992:159).

Esbarra-se aqui, segundo Connolly, com os limites do neutralismo liberal e do coletivismo ante a ambigüidade da identidade. Retirar da agenda toda discussão sobre concepções do bem ou questões de valores, em nome de critérios neutros de discussão pública exclui a maior parte das considerações que as pessoas apresentam em favor de suas identidades no espaço público, tornando-as "motivações" ou idiosincrasias privadas, sem repercussão para a forma como agem. A primazia do direito e da justiça sobre o bem (Rawls) não é capaz de evitar os limites de tolerância a que toda identidade está sujeita na vivência de seu "projeto" (pessoal ou coletivo). Igualmente, a exclusão de questões existenciais do debate público, tais como morte, doença, sofrimento, solidão, culpa, cargas impostas pela privação (Habermas), desconsidera o quanto aquelas estão entranhadas na atitude das pessoas para com a identidade (cf. tb. Kymlicka e Norman, 1996).

A emergência de demandas por reconhecimento ou reparação de injustiças e situações de exclusão que acompanha os discursos contemporâneos têm, assim, raízes diferentes. Ora se está diante de uma reação ressentida à complexidade ou a insucessos da ordem social com a qual grupos inteiros se identificam (ex., racismo e conflitos étnico-nacionalistas contemporâneos); ora se trata da politização de uma situação de subordinação, levando grupos excluídos a exigir sua participação na distribuição dos recursos (materiais e simbólicos) assimetricamente divididos na sociedade (ex. "os excluídos", nos discursos de esquerda, movimentos de mulheres e negros); ora se trata de potencializar conjuntamente pontos de discordância do consenso social vigente, produzindo novas identidades de modo a ampliar espaços de inovação social ou política (ex. ecologia, solidariedade não-utilitária, estilos de vida alternativos).

Tal situação impõe algumas considerações. Primeiro, sobre a indispensabilidade da identidade. Não há ação coletiva sem a

constituição de uma identidade, a qual tenta reduzir à economia de um nome a diversidade de formas de vida que nela são abrigadas, mas a ela não se reduzem. Isto, no entanto, abriga um risco, pois sendo a identidade uma estratégia simbólica para lidar com o fluxo das experiências e sua ambivalência última, muitos são os que a ela se “agarram” como a um dado imutável, natural e em constante ameaça de desvirtuamento ou desrespeito por parte de outros. Como comenta Melucci, “[p]ara se agir coletivamente a qualquer momento, é necessário definir uma concepção de um ‘nós’; entretanto, não é provável que essa definição se dê de uma vez por todas, ela tem que ser acordada permanentemente num contínuo processo de negociação” (1996:189; cf. tb. Burity 1997b; Canclini, 1995:223-43). Essa necessidade de negociação é que tem sido ressaltada pelos chamados novos movimentos sociais e formatos organizacionais por eles influenciados (as ONGs sendo o mais representativo deles). Mas ela não encontra contrapartida entre movimentos mais conservadores, onde se trata quase sempre da tentativa de resguardar uma margem para a “sobrevivência” de formas antigas de identificação de forma sectária ou impositiva.

Em segundo lugar, então, é preciso realçar a necessidade de lidar com a possibilidade permanente de dogmatismo e exclusivismo num contexto de uma ética “nietzscheana” de afirmação da vida temperada com o respeito agonístico pela diferença (Connolly). Tal ética poderia ser uma contrapartida à tendência a transformar o dissenso e a revolta contra a injustiça em ressentimento somente vindicado por uma vitória absoluta, o que dá lugar seja à intolerância, seja a um oposicionismo inseqüente, porque alimentado pela pura necessidade de se contrapor ao adversário. Afirmar a vida é ser capaz de aceitar a ambigüidade fundamental desta – seus momentos de fruição, gozo e paz e seus momentos de sofrimento, turbulência e risco – apenas com a condição de não aceitar o que é imposto unilateralmente por outros. Para tanto, cultivar o cuidado para que a disputa e a interdependência entre identidade e diferença se mantenham exige que se produzam genealogias que exponham a historicidade e não-naturalidade dos padrões vigentes. Mas essas genealogias devem ser aplicadas à própria identidade também, pois a “impureza” e a “contradição” não está só no outro.

A implicação mútua das identidades na sociedade contemporânea exige, enfim, a delimitação de um certo espaço para que se experimente a ambigüidade, por exemplo, do vínculo entre as demandas por maior igualdade, uniformidade, normalidade,

comunalidade e a demanda ressentida para se eliminar todo contraste, para se resolver o mal pela extirpação de seu(s) causador(es). Um espaço ou distância que permita a liberdade de ter uma identidade em meio a outras concorrentes/antagônicas, ao mesmo tempo em que se assume responsabilidade por ela e não se tome a sua existência condicionada à eliminação das demais. Um espaço em que a discordância do outro, a antipatia, a indiferença tenham seu curso assegurado, contanto que o respeito agonístico pelo adversário não exija seu desaparecimento. Um espaço onde não é escandaloso dar sem esperar retribuição ou lucro, e solidarizar-se não é sintoma de fraqueza ou dissimulação. Este é o espaço de uma cultura cívica e de uma cidadania pluralistas. Não é o espaço de uma comunidade inteiramente altruística, virtuosa ou tolerante, havendo, certamente, muitas incoerências a observar. Mas é o espaço em que a diferença não faz o mal que os fundamentalistas tanto temem e denunciam, nem a igualdade representa a solução niveladora para todos os problemas que os democratas radicais tanto proclamam.

4. Cultura cívica, solidariedade e PLURALISMO na REDEFINIÇÃO da cidadania

Uma questão, apontada acima, relativa ao problema das novas identidades é a de que elas testemunham um cansaço com os grandes projetos, com a luta contra as estruturas no nível macro, com o adiamento do prazer para o momento da fruição total futura, com a negação das emoções como elemento intrínseco às experiências da subjetividade e da comunidade. Autores como Maffesoli (1996) têm insistentemente chamado a atenção para este “hedonismo” e este “presenteísmo” das novas formas de identificação. Outros, como Melucci (1996) ou Touraine (1991), têm destacado as conseqüências da interdependência global para a representação clássica da mudança na modernidade (revolução ou progresso).

Aspectos como estes apontam para o complexo terreno em que se inserem e cobram significado as práticas de solidariedade e a construção de uma cultura cívica na qual prevaleçam a participação e a “vigilância” sobre as políticas e as violações de direitos – o que se poderia chamar de cidadania ativa. De um lado, *não há como estabelecer uma narrativa de conjunto, pela qual surgiria uma figura integrada, centrada do novo cidadão*, como inequívoca e distintamente melhor ou superior do que a “velha” cidadania (norteada pela noção de universalização de direitos). De outro há aspectos das novas

experiências que já apontam para ou podem ser resolutamente potenciados na direção de uma nova prática democrático-pluralista.

Uma consequência disto é que a idéia de uma cultura cívica, isto é, de preocupação pelos destinos da comunidade política e pela qualidade da democracia, enfrenta uma série de obstáculos para se materializar enquanto expressão de uma vontade coletiva una e homogênea. O que tem levado vários autores a questionarem se as sociedades contemporâneas, em sua complexidade e dispersão/pluralismo, efetivamente funcionam com base na partilha de valores comuns, e se a compreensão do espaço democrático como articulação de diferentes esferas públicas relativamente autônomas, destituído de um único ator de referência, é compatível com esta expectativa (cf. McClure, 1992; Bridges, 1994; Burity, 1998).

Desde uma ótica que busca articular a questão da democracia à da crescente aceitação da pluralidade social e cultural das sociedades contemporâneas e à recusa de soluções homogeneizadoras, o conceito de cultura cívica peca por excesso de expectativa de virtude cidadã (observação feita tantas vezes a propósito da visão rousseauiana, mas também imputável a uma Hannah Arendt), pela evocação de uma imagem da comunidade (sociedade civil) em que predominam atitudes consensualistas, ou pela demanda por moderação, afeição ao sistema e/ou baixa intensidade de participação (como na trilha de Almond e Verba). De um lado, espera-se que os diferentes atores sociais adotem padrões semelhantes de avaliação e juízo políticos, derivando conclusões semelhantes com respeito aos dilemas e demandas com que se depara a democracia contemporânea – não somente nas sociedades onde gritantes desigualdades acumuladas por décadas de soluções políticas autoritárias alimentaram esperanças quanto à capacidade de justiça distributiva do regime democrático. De outro lado, espera-se que o “auto-controle” dos indivíduos se exerça em benefício da racionalidade do processo político, retirando deste todo recurso a ou espaço para a emoção.¹¹

Assim, há um trabalho *político* (articulatório, hegemônico) em curso e a realizar na direção de construir uma versão mais rica e plural da cultura cívica (cf. Krischke, 1995; Moisés, 1995; Burity, 1998), em que inclusão não implica homogeneização ou colonização forçada das diferenças e em que pluralismo não implica enrijecimento das

11 Para uma discussão pormenorizada de algumas das principais linhas do debate sobre a cultura cívica no contexto democrático contemporâneo, v. Burity, 1998:51-85.

fronteiras que separam semelhantes e diferentes, mas estabelece-se um jogo entre identidade e alteridade (cf. Mouffe, 1992; 1996). O fato de que tal elaboração já venha se dando não é justificativa suficiente para que *deveser* assim, mas constitui uma expressão do agonismo mencionado acima, a qual requer ser levada em conta pelos demais atores sociais e políticos. Desta forma, a cultura cívica pode ser vista como uma posição que recobre apenas parcialmente o espaço sociopolítico, enfatizando valores de participação, informação e fiscalização dos poderes constituídos, de experimentação coletiva, de respeito às diferenças e de solidariedade com os desprivilegiados e excluídos. No entanto, trata-se de uma parcialidade que demanda reconhecimento de outras perspectivas, instaura um contencioso a respeito da forma de organização da sociedade e, assim, politiza o espaço público.

Vimos sugerindo até aqui que o tema da identidade introduz uma série de recortes no debate sobre a cidadania e a cultura democrática. Não apenas se trata de uma resposta, ou reação, a mudanças estruturais que vêm se dando no âmbito do estado e da sociedade civil, mas de um modo de se situar no espaço da cidadania que reivindica reconhecimento e respeito a valores particulares. Diferentemente do recorte dado pelo conceito de subjetividade, que tende a enfatizar atitudes individualizantes, a noção de identidade está intimamente relacionada a comunidades específicas, voluntárias ou imputadas, que ao mesmo tempo representam e elaboram modos de vida. Dissemos acima que a expressão das identidades pode se dar de forma exclusivista, ou se abrir para a interação (ainda que agonística) com outras identidades, num contexto pluralista. As duas possibilidades são integralmente parte do campo de forças constituído pela noção de sociedade civil, este cenário de cenários, na expressão de Walzer. Por outro lado, o que tem caracterizado o comportamento do chamado terceiro setor, especialmente representado nas redes de ONGs, é a prevalência da segunda possibilidade.

Do ponto de vista da formação da identidade, há duas dimensões, como ressalta Birman, em que se relacionam uma ética da alteridade e o sujeito do desejo em psicanálise e que têm implicações para se pensar a questão da cidadania e do fortalecimento de uma cultura cívica. A primeira dimensão diz respeito ao Outro como lugar em que se produz o sujeito do desejo; a segunda refere-se à dificuldade com que o sujeito lida com este reconhecimento simbólico do Outro, na medida em que isto implica o reconhecimento da falta pelo sujeito. Ou seja, reconhecer o Outro como constitutivo é

simultaneamente reconhecer a incompletude de si mesmo e o fato de que o sujeito surge por meio da identificação, de que o sujeito se constitui contraindo uma dívida simbólica e se defrontando com limites/interditos postos pelo Outro (cf. Birman, 1995:170-72; 1994:127-31, 167-69; v. tb. Burity, 1997b:18-28).

Se o sujeito não é capaz de assumir a dívida tampouco será capaz de reconhecer a dimensão da alteridade que o habita e a falta que o constitui. Assim, procurará preencher seu vazio pela utilização do corpo do outro como objeto do seu desejo. Esta condição está na raiz de muitos dos conflitos étnicos, nacionais e religiosos da nossa época, bem como nas atitudes dos segmentos sociais “incluídos” em relação aos “excluídos” (cf. Birman, 1995:173). Neste sentido, todo projeto de cidadania atento à história brasileira terá que se colocar a necessidade de permeabilizar as fronteiras entre nós e os outros, entre os incluídos e os excluídos da cidadania, produzindo o que Birman chama de “*interstícios* nas fronteiras da ordem social” (Idem:174).

A recente constituição de redes de solidariedade pode ser vista por um tal prisma. Para Brazil, a solidariedade é um destes valores “que se associa ao descentramento do indivíduo, e implica uma sensibilidade em relação não só à existência dos outros, realizando uma destituição narcísica parcial que seja, mas também o reconhecimento da múltipla determinação e múltipla dependência em um contexto social e é, no mínimo, um valor prioritário da decisão política” (1995:183-84). A questão da democracia passa, então, a descrever a construção de uma cultura cívica em que ser democrático é reconhecer a contingência da própria identidade (incompletude, relação com o Outro) e a “legitimidade” da alteridade como bases para uma renovação das idéias de participação e de articulação política e social (cf. Krischke, 1995:197-98). E um dos traços desta cultura cívica seria precisamente este reconhecimento da dívida que temos para com o outro na definição de nossa própria identidade (dívida contraída na ausência de qualquer aproximação deliberada, no limite, pela própria indiferença em relação à existência ou à sorte do outro) e que nos abre a ele – na solidariedade ou no antagonismo.

Retomando o que dissemos alguns parágrafos acima sobre a necessidade de um trabalho político para a construção de uma cultura cívica, seria preciso complementar tal afirmação à luz desse breve excursão psicanalítico. “Político” deve ser aqui entendido no sentido de uma agência que assume a relacionalidade das identidades e a conflitividade desenhada pela não-naturalidade das fronteiras que

demarcam o que é “nosso” do que é “dos outros”. E isto implica instâncias não inteiramente regidas pela racionalidade estratégica, deliberativa, da ação política convencional. O político nesta ação com vistas à construção de uma cultura cívica participativa, pluralista e solidária não é essencialmente a remissão das questões à esfera institucional ou a atores especializados na agregação de interesses (como é o caso dos partidos políticos). É o fato de que não há uma “infra-estrutura” (material, institucional, histórica, moral) que determine de forma apodíctica qual deve ser o comportamento dos atores na democracia, e, portanto, é preciso se articular um conjunto de formas de vida e atores em arranjos institucionais e valorativos contingentes, mas vinculantes. E isto envolve tanto uma prática de construção institucional como de mudança cultural. Para usar um vocabulário mais antigo mas muito a propósito, uma reforma intelectual e moral que se expresse num novo bloco histórico, numa nova hegemonia. A diferença talvez é que, se neste vocabulário ainda não havia uma sensibilidade para os condicionantes inconscientes da construção de identidades coletivas (inclusive a de cidadão em uma cultura cívica), hoje esta vinculação há de ser explícita.

5. Considerações Finais

A introdução da variável cultural na discussão do tema da cidadania traz à tona os processos de construção social dos espaços de ação coletiva e dos objetos de disputa aí encontrados. Um dos desdobramentos das mudanças vivenciadas pelas sociedades contemporâneas é, no contexto da percepção deste “construtivismo social”, a emergência de demandas por reconhecimento de identidades, ou articuladas a partir da experiência de uma identidade coletiva particular em contraste com visões ou práticas predominantes numa dada sociedade. Assim, a cidadania deixa de ser pensada exclusivamente em termos da vigência de direitos reconhecidos pelo estado e passa a compor um “catálogo” de demandas e atitudes que cobram reconhecimento e respeito para si – sabendo-se que aqui é possível encontrar-se tanto posturas ignorantes da reciprocidade que tais comportamentos cobram, como outras que admitem e defendem a ampliação desse reconhecimento e respeito para outros. Em outros termos, a cidadania passa a se orientar num terreno em que sua definição não está dada *a priori*, nem de uma vez por todas, nem tampouco se expressa uniformemente. É preciso construir a cidadania, como se ouve com freqüência, e isso quer dizer não somente que

sentir-se cidadão e ser reconhecido como cidadão não é exatamente uma característica de boa parte dos que são chamados cidadãos, mas ainda que o conteúdo da cidadania mantém-se em aberto, relativamente indeterminado, passível de práticas de nomeação, incorporação e articulação de distintas demandas.

O *locus* desta prática de construção da cidadania é tradicionalmente associado à sociedade civil. Como vimos, isto é apropriado, com a condição de que qualifiquemos essa noção à luz de sua heterogeneidade e de suas múltiplas inter-relações com seu oposto (quase-) simétrico, o estado. Não se trata, sugerimos, de optar pela sociedade contra o estado, pois a reserva da virtude cívica não está necessariamente lá. Nem se trata de nos escudarmos na impessoalidade, na neutralidade axiológica da esfera pública, estatal ou não-estatal, uma vez que os grupos que aí se movem nem sempre podem ou estão dispostos a abrir mão de valores considerados constitutivos de sua própria identidade e, portanto, não facilmente negociáveis. A sociedade civil que serve de base para o desenvolvimento de uma noção de cidadania participativa, pluralista e solidária é parte do processo de elaboração cultural que postula esta última. É, como dissemos, o nome que se associa a uma diversidade de esforços para reconstituir o tecido da sociabilidade e para opor resistência ao desmonte de valores de justiça e solidariedade suplantados pela nova onda de individualização, concorrência e anti-intervencionismo liberais que tomou conta do mundo nos anos 80 e 90. Porém, a reformulação da idéia de cidadania demanda ações não somente baseadas na sociedade civil, mas também no estado, chegando mesmo a constituir uma zona cinzenta entre os dois pólos, que condensa ou desloca, conforme o caso, os princípios modernos do estado, do mercado e da comunidade.

A experiência de descentramento dos atores clássicos da modernidade – classes sociais, povo, estado, sociedade civil, partidos – liberou o reino das particularidades que se haviam organizado, ou sido forçados a tanto, desde meados do século passado. Múltiplas formas de identificação se descolaram, então, daqueles grandes construtos político-analíticos, trazendo a público velhas e novas modalidades de ação coletiva. A identidade vem a ser uma reação ao encolhimento da esfera da cidadania, no bojo das críticas aos estados do bem-estar ou desenvolvimentista; uma resposta ressentida à desestruturação decorrente das mudanças econômicas e das políticas governamentais seguidas ao longo dos anos 80 e 90; ou surge como uma senha para uma diversidade de coisas: cobranças por reparação

de injustiças ocultadas ou minimizadas pelas noções abrangentes que citamos no início do parágrafo ou mesmo pela noção de cidadania nacional (definida territorialmente, pelo reconhecimento – se não a vigência – de direitos civis e políticos universalistas); descoberta da produtividade política de múltiplas agências de mobilização e organização coletiva; resistência à estratégia dos movimentos de esquerda tradicionais, de uniformização das necessidades e demandas em termos de carências materiais, econômicas; retomada de concepções nacionalistas, fundadas ou não em posturas racistas, de defesa de uma cultura ou um território; experimentos com múltiplas formas de identificação numa associação entre corpo e linguagem que alguns denominam de estilos de vida alternativos.

Seria ilusório tributar à emergência das identidades no espaço da cidadania a possibilidade de enfim resolver os impasses da cidadania liberal. Mas pode-se destacar que, na confluência entre cultura, identidade e cidadania é possível ao menos reparar alguns defeitos da política contemporânea, salientando a necessidade de construir espaços adequados aos valores da participação, da pluralidade e da solidariedade; a importância de não se deixar encerrar na formulação que é dada por cada grupo daquilo que lhe parece essencial e inegociável, abrindo-se para pelo menos disputar com outros sua definição do bem (comum); a abertura do conteúdo da cidadania para agrupar demandas por maior liberdade, igualdade ou participação. Nesse jogo da identidade e da cidadania, o “nós” que emerge é um múltiplo articulado por algum(ns) princípio(s) básico(s), que não somente pode mudar e mesmo se desfazer com o tempo, mas ainda muda relativamente cada uma das suas identidades componentes, “[p]orque não se trata apenas de estabelecer uma mera aliança entre determinados interesses, mas de modificar realmente a própria identidade destas forças” (Mouffe, 1996:96).

Por outro lado, sem uma referência pluralista, de origem reconhecidamente liberal, o jogo da identidade freqüentemente transborda em intolerância e isolacionismo, razão por quê um discurso contemporâneo da identidade encontra um importante ponto de ancoragem na idéia de cidadania. É que o espaço da cidadania é um em que os sujeitos comparecem com pretensões de status e tratamento igualitário e, para isto, precisam reconhecer o(s) outro(s) como tal, ainda quando discordando fundamentalmente dele(s). No espaço da cidadania, as reivindicações identitárias que não se pautem pelo respeito agonístico pelas demais ali presentes – muitas delas sem qualquer relação direta com questões de identidade – desencadearão

mais do que a reação de outras posições; poderão se defrontar com limites legais, com a repressão estatal (esta última representando ou não uma postura majoritária), com sua própria intransigência ante a necessidade de negociar conquistas parciais. A diferença entre um tal reconhecimento da primazia do pluralismo e uma postura tipicamente liberal é a de que neste espaço da cidadania contará a disputa em torno dos valores, mesmo que não venha a implicar os valores mais centrais das identidades litigantes, uma vez que a neutralidade axiológica pressuporia que os atores se movessem num terreno estritamente universalista e compartilhassem o mesmo conjunto de pressupostos na apresentação, deliberação e negociação de suas demandas, o que raríssimas vezes ocorre. Mantendo, assim, a indispensabilidade do vínculo político – com seus elementos de a(nta)gonismo, pretensões hegemônicas e negociação – a cena da identidade no espaço da cidadania pode talvez escapar do destino trágico a que o essencialismo e o dogmatismo empurram as velhas e novas expressões identitárias no mundo contemporâneo.

Bibliografia

- ALEXANDER, Jeffrey. 1997. Aspectos não-civis da sociedade: espaço, tempo e função, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº. 33, ano 12, fevereiro.
- ALVAREZ, Sonia; Dagnino, Evelina; e Escobar, Arturo. 1998. "Introduction: The Cultural and the Political in Latin American Social Movements", Alvarez, S.; Dagnino, E.; e Escobar, A. (eds.) *Cultures of Politics, Politics of Cultures*. Re-visioning Latin American Social Movements. Boulder/Oxford, Westview.
- BIRMAN, Joel. 1994. *Psicanálise, Ciência e Cultura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. 1995. "Barbárie, Cidadania e Desejo", França, Maria Inês de (org.). *Desejo, Barbárie e Cidadania - uma articulação entre psicanálise e política*. Petrópolis, Vozes .
- BOBBIO, Norberto. 1987. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Brazil, Horus Vital. 1995. "A Psicanálise e o Espaço da Cidadania (II)", França, Maria Inês de (org.). *Desejo, Barbárie e Cidadania - uma articulação entre psicanálise e política*. Petrópolis, Vozes.
- BRIDGES, Thomas. 1994. *The Culture of Citizenship: Inventing Postmodern Civic Culture*. Albany, SUNY (texto completo acessado em <http://www.civsoc.com/index.html>).

- BUARQUE, Cristovam. 1991. *O Colapso da Modernidade Brasileira e uma Proposta Alternativa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BURITY, Joanildo A. 1994. *Radical Religion and the Constitution of New Political Actors in Brazil. the Experience of the 1980s*. Tese de doutorado em Ciência Política defendida na Universidade de Essex. Colchester, Inglaterra, mimeo.
- _____. 1997a. "Desconstrução, Hegemonia e Democracia: o Pós-Marxismo de Ernesto Laclau", Guedes, Marcos Aurélio (org.). *Contemporaneidade e Política no Brasil*. Recife, Bagaço.
- _____. 1997b. *Psicanálise, Identificação e a Formação de Atores Coletivos*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, mimeo.
- _____. 1997c. *Identidade e Política no Campo Religioso: estudos sobre cultura, pluralismo e o novo ativismo eclesial*. Recife, UFPE/IPESPE.
- _____. 1998. *Cultura Política Democrática e Atores Religiosos*. Relatório de pesquisa. Recife, Fundação Joaquim Nabuco.
- CALHOUN, Craig. 1995. "Social Theory and the Politics of Identity", Calhoun, Craig (ed.). *Social Theory and the Politics of Identity*. Cambridge, Mass./Oxford, Blackwell.
- CARDIA, Nancy. 1994. "Percepção dos Direitos Humanos: ausência de cidadania e exclusão moral", Spink, Mary Jane Paris (org.). *A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo, Cortez.
- CANCLINI, Néstor García. 1995. *Consumidores e Cidadãos. Conflitos Multiculturais da Globalização*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- CANSINO, César e Leroux, Sergio Ortiz. 1997. *Nuevos Enfoques sobre la Sociedad Civil, Metapolítica*, vol. 1, Nº. 2, abril-junho.
- CASTELLS, Manuel. 1997. *The Power of Identity* (vol. II de *The Information Age: Economy, Society and Culture*). Malden/Oxford, Blackwell.
- _____. 1998. *Hacia el Estado-Red? Globalización económica e instituciones políticas en la era de la información*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, promovido pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado. Brasília.
- CHAUÍ, Marilena. 1994. "Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados," Dagnino, Evelina (org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1999. Uma ideologia perversa, *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 14 de março, <http://www.uol.com.br/fsp/mais/fs14039904.htm>.

- CONNOLLY, William E. 1992. *Identity\Difference*. Democratic Negotiations of Political Paradox. Ithaca/London, Cornell University.
- COSTA, Sérgio. 1997. Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: Notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil, *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, no. 43, 1º semestre.
- DAGNINO, Evelina. 1994. *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*, Dagnino, Evelina (org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1998. "Culture, citizenship and democracy: changing discourses and practices of the Latin American Left", Alvarez, S.; Dagnino, E.; e Escobar, A. (eds.) *Cultures of Politics, Politics of Cultures*. Re-visioning Latin American Social Movements. Boulder/Oxford, Westview.
- DUARTE, Luiz Fernando D.; Barsted, Leila Linhares; Taulais, Maria Rita; Garcia, Maria Helena. 1993. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 8, nº 22, junho.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. 1991. *Por una nueva cultura política*, Mensaje, no. 398, maio.
- _____. 1997. *La política y el Estado en America Latina desde las ciencias sociales*. Trabalho apresentado na mesa redonda "Balance de la producción de ciencias sociales en los ochenta y noventa", XVIII Assembléia Geral do CLACSO. Buenos Aires, 24-28 de novembro, mimeo.
- HALL, Stuart. 1991. "Old and New Identities, Old and New Ethnicities", King, Anthony D. (ed.). *Culture, Globalization, and the World-System*. Contemporary Conditions for the Representation of Identity. Basingstoke/ Binghamton, Macmillan/Department of Art and Art History, State University of New York.
- HARDMAN, Francisco Foot (org.). 1998. *Morte e Progresso*. Cultura brasileira como apagamento de rastros. São Paulo, Fundação Editora UNESP.
- KEANE, John. 1988. *Democracy and Civil Society*. London, Verso
- KRISCHKE, Paulo José. 1995. "Atores sociais e consolidação democrática na América Latina: estratégias, identidades e cultura cívica", Viola, Eduardo J. et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo/ Florianópolis, Cortez/UFSC.
- KYMLICKA, Will e Norman, Wayne. 1996. El retorno del ciudadano: una revisión de la producción reciente en teoría de la ciudadanía,

- Cuadernos del Claeh*, 2ª série, ano 20, no. 75, agosto, pp. 81-112.
- LACLAU, Ernesto. 1996. *Emancipation(s)*. London, Verso.
- MAFFESOLI, Michel. 1996. *No Fundo das Aparências*. Petrópolis, Vozes.
- MAUTNER, Anna Verônica. "Cidadania e alteridade", Spink, Mary Jane Paris (org.) *A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo, Cortez.
- MCCLURE, Kirstie. 1992. "On the Subject of Rights: Pluralism, Plurality and Political Identity", Mouffe, Chantal (ed.). *Dimensions of Radical Democracy. Pluralism, Citizenship, Community*. London, Verso.
- MELUCCI, Alberto. 1996. *Challenging Codes*. Collective action in the information society. Cambridge, Cambridge University.
- MICHAEL, Mike. 1992. "Postmodern Subjects: Towards a Transgressive Social Psychology", Kvale, Steinar (ed.). *Psychology and Postmodernism*. London/Newbury Park/New Delhi, SAGE
- MOISÉS, José Álvaro. 1995. *Os Brasileiros e a Democracia: Bases Sócio-Políticas da Legitimidade Democrática*. São Paulo, Ática
- MOUFFE, Chantal. 1996. *O Regresso do Político*. Lisboa, Gradiva
- _____ (ed.). 1992. *Dimensions of Radical Democracy. Pluralism, Citizenship, Community*. London, Verso.
- MUNANGA, Kabengele. 1994. "Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil", Spink, Mary Jane Paris (org.) *A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo, Cortez.
- OFFE, Claus. 1998. *The present historical transition and some basic design options for societal institutions*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, promovido pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado. Brasília.
- OLIVEIRA, Francisco de. 1995. Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos, *Cadernos ABONG*, nº. 8, junho.
- PARAMIO, Ludolfo. 1989. Após o Dilúvio: introdução ao pós-marxismo, *Lua Nova*, nº. 16, março.
- PRZEWORSKI, Adam. 1998. *The State and the Citizen*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, promovido pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado. Brasília.
- ROLNIK, Suely. 1994. "Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da cidadania", Spink, Mary Jane Paris (org.) *A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo, Cortez.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1997. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3ª ed. São Paulo, Cortez.
- _____. 1998. *A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado, promovido pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado. Brasília.
- SCHMITT, Carl. 1992. *O Conceito do Político*. Petrópolis, Vozes
- SOMERS, Margaret. 1995. Narrating and Naturalizing Civil Society and Citizenship Theory: The Place of Political Culture and the Public Sphere, *Sociological Theory*, vol. 13, no. 3, novembro.
- TELLES, Vera Silva. 1994a. "Sociedade civil e a construção de espaços públicos", Dagnino, Evelina (org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1994b. "Pobreza, Movimentos Sociais e Cultura Política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia", Diniz, Eli; Lopes, José Sérgio Leite; Prandi, Reginaldo (orgs.). *O Brasil no Rastro da Crise: Partidos, Sindicatos, Movimentos Sociais, Estado e Cidadania no Curso dos Anos 90*. São Paulo/Brasília, ANPOCS/Hucitec/IPEA .
- TOURAINÉ, Alain. 1991. "The Idea of Revolution", Featherstone, Mike (ed.). *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*. London/Newbury Park/New Delhi, SAGE.
- TURNER, Bryan S. (ed.). 1993. *Citizenship and Social Theory*. London/Newbury Park/New Delhi, SAGE.

